SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/09/2015 - Instituto Telecom

Brasil sobe dez posições em ranking de banda larga móvel

O estudo anual State of Broadband da União Internacional das Telecomunicações (UIT), divulgado nesta segunda-feira, 21, mostra que a banda larga móvel brasileira avançou significativamente no último ano, superando países como Espanha e Itália. Entretanto, a conexão fixa não conseguiu acompanhar o ritmo mundial e perdeu posições.

Em se tratando de penetração de banda larga móvel em 2014, o País obteve a 27ª posição, com 78,1 acessos por grupo de cem habitantes. Foi uma melhora notável, subindo dez posições em relação ao ranking de 2013, quando contava com 51,5%. Ficou à frente de nações como Espanha (28º), Itália (33º), França (39º) e Alemanha (41º). O primeiro lugar é de Macau, na China, com 322,2 acessos por cem habitantes, seguido de Cingapura (156,1%) e Kuwait (139,8%).

Por outro lado, o Brasil caiu três posições em relação ao levantamento do ano passado (quando contava com 10,1%) e agora se encontra em 76º lugar no ranking de penetração de banda larga fixa, com 11,5%, atrás de países latinos como México (74º), Chile (69º) e Argentina (65º). O primeiro lugar é de Mônaco, com 46,8%, seguido de Suíça (46%) e Dinamarca (41,4%).

A penetração da Internet por residência (sem determinar se a conexão é fixa ou móvel) do Brasil em 2014 foi de 48%, deixando o País em 32º lugar. Foram duas posições ganhas em relação a 2013, quando o índice era de 42,4%.

Já na penetração por usuário, o Brasil figura em 68º lugar, com 57,6%. Em 2013 estava em 74º, com penetração de 51,6%. Considerando apenas as nações em desenvolvimento, o Brasil ficou em 27º, quatro posições acima do ranking de 2013.

Mais da metade da população mundial segue sem acesso à Internet

Mais da metade da população mundial ainda está fora da Internet e, pior, o crescimento do número de pessoas que estão se conectando à Rede Mundial está diminuindo, adverte a Comissão de Banda Larga da Organização das Nações Unidas, nesta segunda-feira, 21/09. A desigualdade é uma realidade no mundo virtual. Tanto que o estudo mostra que nos países mais ricos, o acesso está atingindo níveis de saturação, mas 90% da população dos 48 países mais pobres do mundo não têm nenhuma forma de conexão, apontou o relatório da ONU.

Segundo o estudo, a taxa de crescimento dos acessos à Internet deverá ficar em 8,1% em 2015, abaixo do registrado em 2014, quando ficou em 8,6%. Até 2012, as taxas de crescimento tinham ficado em dois dígitos por muitos anos. "Chegamos a um ponto de transição no crescimento da Internet", assinala o relatório.

A comissão, criada em 2010 pela União Internacional das Telecomunicações e a Unesco – a agência científica e cultural da ONU –, disse ser improvável que a marca de quatro bilhões de usuários de Internet seja alcançada antes de 2020. O texto observa ainda que o crescimento no aumento do número de assinantes do Facebook está ultrapassando o da Internet.

"Mais da metade da população mundial – cerca de 57% – ainda não usa a Internet regular ou ativamente", diz o relatório. A forte desacelaração na aquisição de celulares em 2015 e o alto custo para levar infraestrutura de telecom aos lugares remotos são apontados como fatores para o não uso da Internet por essa parcela da população mundial.

Até o final deste ano, 3,2 bilhões de pessoas terão alguma forma de acesso regular à Internet, em contraposição aos 2,9 bilhões de 2014. Isso representa 43,4% da população do mundo, ainda muito aquém da meta de 60% fixada pela ONU para 2020. As mulheres nos países mais pobres estão particularmente em desvantagem, disse o relatório. No mundo em desenvolvimento, 25 por cento menos mulheres do que homens tinham acesso à Internet, um porcentual que sobe para 50 por cento em algumas partes da África subsaariana.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/09/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Novos ares na Anatel

Recém-aprovado para o Conselho Diretor, Aníbal Diniz defende a banda larga em regime público.
O Conselho Diretor da Anatel é o órgão máximo da Agência. Daí a importância de termos entre os conselheiros alguém que defenda que a internet seja prestada em regime público, com metas claras de universalização, qualidade, tarifas módicas e reversibilidade dos bens.

Foi isso que ocorreu na semana passada com a indicação e aprovação no Senado do ex-senador Anibal Diniz. Ele defende abertamente que a prestação do serviço de banda larga seja em regime público e que o consumidor seja o principal foco da Anatel.

Composto por cinco membros, o Conselho Diretor é responsável por propor o estabelecimento e alteração das políticas governamentais de telecomunicações; aprovar o plano de destinação de faixas de radiofreqüência e de ocupação de órbitas; regular as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público; fixar as tarifas no contrato de concessão, consoante edital ou proposta apresentada na licitação.

A posição do ex-senador Abílio Diniz, exposta durante sua sabatina no Senado, faz dele um aliado importante na luta da Campanha Banda Larga é um Direito Seu – e da qual o Instituto Telecom faz parte – em defesa da banda larga prestada em regime público. Aliás, é sempre bom lembrar que a defesa da Campanha se baseia, entre outros pontos, no artigo 65 parágrafo 1º da LGT que diz: "não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização". O Art. 7o do Marco Civil da Internet, por sua vez, afirma que "o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania", ou seja, a banda larga é um serviço essencial.

Cabe agora a todos nós da sociedade civil fortalecermos a posição de Aníbal Diniz e cobrar um posicionamento claro tanto da Agência quanto do Ministério das Comunicações. O caminho da democracia, com saúde e educação de qualidade, passa por termos a banda larga universalizada. E isto só será possível no regime público.

21/09/2015 - Vermelho

Golpe tucano tem programa para liquidar o país

Dentre os golpistas há quem seja movido pelo ódio. As manifestações de rua contra a Presidenta Dilma demonstraram isso de modo cabal, através de bonecos enforcados, cartazes pedindo violência, palavras de ordem cheias de insultos. Entretanto, por trás dessa passionalidade reacionária, há um plano muito bem pensado, alinhavado de modo absolutamente racional.

Trata-se de, atendendo aos interesses do imperialismo, entregar as riquezas do país e ampliar ao máximo a espoliação dos trabalhadores.

Na última semana, empolgados pela situação difícil que o Brasil vive, economistas tucanos tiveram uma crise de sinceridade e apresentaram o programa econômico do golpe. Trata-se de um impressionante pacote de liquidação nacional: privatizações, fim da estabilidade do funcionalismo público, entrega do pré-sal, desmonte dos bancos públicos, entre outros aspectos de um verdadeiro roteiro de filme de terror. Para levar o plano ao cabo, querem liquidar a Constituição de 1988.

Para discutir esse programa que está por trás do golpe, o Vermelho traz uma série de artigos e entrevistas com especialistas. Esperamos com isso contribuir para alertar o país para o grande perigo que nos ameaça e para a necessidade de juntarmos forças para barrar o golpe.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/09/2015 - CUT

Deputados avaliam retrocessos no Marco Civil da Internet

Sob pretexto de coibir crimes contra a honra, projetos preveem acesso a dados sigilosos

Está prevista para esta terça-feira (22), a votação de projetos que representam um retrocesso ao Marco Civil da Internet, aprovado em 2014. A apreciação das propostas deve acontecer na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O PL 215/2015, de autoria de Hildo Rocha (PMDB-MA), acrescenta ao Código Penal, no artigo de trata "crimes contra a honra", o uso das redes sociais, aumentando as penas previstas em até um terço.

Esse projeto de lei não define claramente o que seria crime contra a honra.

Junto com esse projeto, mais dois foram apensados. Um deles quer estabelecer que autoridades policiais tenham acesso direto a dados sigilosos dos internautas, sem autorização judicial, quando forem suspeitos de crimes contra a honra de alguém.

O gabinete do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), um dos mais empenhados na aprovação do Marco Civil da Internet – considerado por especialistas uma legislação avançada e progressista – pediu voto em separado para a sessão de amanhã e promete, com a ajuda de outros parlamentares, obstruir a votação.

Acompanhe a seguir nota contra essas propostas divulgadas por entidades que militam nas redes sociais:

Nota de repúdio: Atenção, querem mutilar o Marco Civil da Internet!

Entidades da sociedade civil reunidas na Articulação Marco Civil Já repudiam as iniciativas parlamentares que atentam contra a privacidade e a liberdade de expressão.

Estão em tramitação na Câmara dos Deputados diferentes projetos que ameaçam uma das mais importantes conquistas democráticas do último período – a edição do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). O MCI trouxe garantias a direitos fundamentais para os usuários da rede, como a privacidade e a liberdade de expressão, em consonância com orientações internacionalmente aceitas de governança da Internet.

Estimulados por setores privados detentores de grande poder econômico e pelo próprio interesse de coibir manifestações de críticas respaldadas pelo direito de liberdade de expressão, deputados apresentaram na Câmara projetos de lei que alteram o MCI.

O Projeto de Lei 215/2015, apresentado pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), e seus apensos – PL 1547/2015, de autoria do Deputado Expedito Netto (SD/RO), e PL 1589/2015, da Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) – propõem que se inclua no art. 48 e no art.141 do Código Penal uma punição mais dura para os crimes praticados nas redes sociais. Além disso, alteram dispositivos da Lei 12.965/2014, apresentando nova redação aos arts. 10, 13, 15, 19 e acrescentando o art. 21-A, para permitir que dados dos usuários sejam fornecidos a autoridades públicas independentemente de ordem judicial, assim como a obrigatoriedade de retirada de conteúdos postados na internet, nos casos de mera alegação de crimes contra a honra – calúnia, injúria e difamação –, impondo penalidades de restrição física e econômicas ao provedor de internet, comprometendo o princípio da inimputabilidade da rede. Entre os dados dos usuários que podem ser obtidos sem ordem judicial estão os conteúdos das suas comunicações na Internet – teor de e-mails, mensagens e conversas em aplicações como Skype e Whatsapp, por exemplo.

O PL 215/2015 coloca em risco o necessário equilíbrio entre a proteção do direito à privacidade e a persecução criminal, bem como a própria democracia ao permitir tais abusos.

Leia mais em:
http://cut.org.br/noticias/deputados-avaliam-retrocessos-no-marco-civil-da-internet-bfb7/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/09/2015 - Vermelho

O desastre social como programa de governo

Cada pronunciamento da direita (em especial os tucanos) sobre o seu programa de governo ressalta aspectos da história política e econômica brasileira que resultaram em estrondosos desastres sociais. Essa prática tem sido sistemática nesse momento em que os oportunistas de plantão, de todas as matizes, se apresentam como alternativa de governo caso eles consigam, pela via golpista, interromper o ciclo iniciado no Brasil com a eleição presidencial de Lula em 2002.

Até a década de 1980, era comum no Brasil o portador de algum capital aplicá-lo de modo geral em um negócio. Um bar, restaurante ou armazém de esquina, uma oficina, um salão de beleza ou algo do mesmo porte. Durante a "era neoliberal", que se estendeu até 2002, o desmonte nacional podou o ânimo empreendedor dos brasileiros. Valia mais a pena aplicar o capital acumulado, por pouco que fosse, na ciranda financeira.

Os ganhos eram no mínimo compatíveis, e os riscos muito menores. Há, no entanto, os que, mesmo desempregados, insistiram em empreender em vez de especular: abriram videolocadoras, lojas de roupa em shopping centers, confecções, academias de ginástica. Mas poucos sobreviveram e muitos voltaram para a fila de desemprego produzida pela "era FHC". E o Brasil entrou numa espécie de depressão coletiva.

É evidente que isso tem tudo a ver com o modelo econômico adotado nos anos 1990, que levou o país à exaustão e à depreciação de seus valores. Para entender o fenômeno, é necessário começar por uma assunção: não somos intrinsecamente perdedores nem os países ricos estão determinados ao sucesso. A evolução de uma nação é um fenômeno referente à forma como ela administra sua economia e nesse âmbito deve ser entendida.

Princípio liberal

A relação dos governos brasileiros com outros países, portanto, é determinante para entendermos o que somos hoje. É preciso perceber, por exemplo, que a arena macroeconômica dos Estados Unidos esteve desde os primórdios montada para pilhar outras nações. O sonho americano, um dos seus fios condutores da sua história como país imperialista, traduz-se na imagem do sujeito que ascende socialmente por meio da aposta que faz em si mesmo de ser melhor do que os outros. As forças produtivas norte-americanas organizam-se ao redor desse princípio liberal.

Os Estados Unidos levaram mais à frente o sentido inglês de utilização do capital como combustível para a produção e acumulação. No princípio era assim: o empreendedor tinha uma ideia de negócio, procurava investidores profissionais que, uma vez convencidos da viabilidade do projeto, o insuflavam com o capital necessário. Com um par de anos, de modo a expandir ainda mais o negócio, os empreendedores abriram as companhias ao mercado financeiro. As empresas eram novamente capitalizadas para que aumentassem a produção e os lucros. Era o despertar da obsessão norte-americana pela grandeza e o expansionismo.

Nação agropastoril

Com o aumento da produção e a acumulação de capitais, os Estados Unidos partiram para as conquistas territoriais. E o Brasil estava em sua alça de mira. Sempre tivemos, sabemos, injustiças brutais por aqui. Quase na virada para o século 20 – apenas há pouco mais de cem anos, portanto –, o país era monarquista e escravocrata. Uma miscelânea de mazelas. Mesmo trocando a monarquia pela República, a estrutura social fendida em dois extremos se manteve. E, em 1964, com o golpe militar, o país foi mais intensamente lançado, irresponsavelmente, nos braços dos imperialistas. Com a chegada da "era neoliberal", nossa dependência se agravou.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/270473-1